

## **América Latina: dependência X desenvolvimento no pensamento marxista.**

Claudia Wasserman\*

Entre os anos 1950 e 1970, as ciências sociais latino-americanas viveram um dos seus períodos mais produtivos e originais. Destacava-se a existência de diversas correntes teóricas e políticas que, para além de seus enfoques e soluções diversas, convergiam em torno de certos problemas e perguntas. O ponto de partida neste período consistia no surgimento de uma temática central – o desenvolvimento – que terminou por organizar toda a reflexão teórica latino-americana e orientou um conjunto de investigações científicas. Além do problema central para o qual convergiam diversas correntes políticas e teóricas, também sobressaía uma constelação de perguntas chaves correspondentes: *quais são as causas de nosso subdesenvolvimento? Que obstáculos têm que ser transpostos se quisermos desenvolvermo-nos? Que tipo de desenvolvimento é viável e qual é o desejável para a América Latina?* Essa constelação de perguntas continua presente no vocabulário das ciências humanas e econômicas da América Latina.

Pretendo abordar o significado do conceito desenvolvimento para a corrente marxista da teoria da dependência; as disputas políticas em torno do tema; de que modo, temáticas e problemas correlatos foram vinculados ao problema central, como é o caso de desenvolvimento X subdesenvolvimento e desenvolvimento X dependência. O interesse recai, sobretudo, na chamada Teoria da Dependência em sua vertente marxista, representada por autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, entre outros, que conviveram em instituições como a Universidade de Brasília (UNB) e, no exílio chileno, no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO), da Faculdade de Economia, da Universidade do Chile ou no México, no Centro de Estudos Latino-americanos, na Faculdade de Filosofia, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

O tema central da análise que me proponho desenvolver é a interessante convergência ocorrida entre as teorias desenvolvimentistas, hegemônicas no pensamento latino-americano e mundial a partir do final dos anos 1940, e o marxismo, em cujas teses centrais o tema do desenvolvimento econômico não figurava como fundamental.

Depois de três décadas de crise nas relações econômicas internacionais, o problema do desenvolvimento se transformou em preocupação central de políticos e economistas no

---

\* Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pesquisador do CNPq.

contexto dos anos 1940. As guerras mundiais, a crise de 1929 e os problemas políticos advindos dessas situações colocaram para economistas, políticos e intelectuais a necessidade de buscar estratégias capazes de encontrar caminhos para elevar o crescimento econômico com um mínimo de estabilidade política.

Se o tema do desenvolvimento converteu-se em preocupação dos países centrais do capitalismo, para os países periféricos (nações afro-asiáticas recém descolonizadas e toda a região latino-americana), a questão tornou-se um verdadeiro desafio. Para esse grupo de países, localizados no hemisfério sul, tratava-se de entender as razões do atraso, justificar sua ocorrência e oferecer um caminho para o desenvolvimento. Foram criadas comissões, sob os auspícios das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de estudar o problema regionalmente.

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL, 1948) nasceu vinculada à idéia da existência de um comércio internacional e de uma economia mundial inter-relacionada, de modo que desajustes ou guerras em uma região pudessem afetar as demais (Osório, 1994, 160). Os teóricos da CEPAL terminaram rompendo com essa teoria clássica de comércio internacional; influenciados pelo crescimento industrial de alguns países latino-americanos, consagraram a idéia da existência de um sistema centro-periferia que organizava a economia mundial através da repartição desigual de benefícios.

A partir desse rompimento teórico, a Comissão ganhou crescente autonomia e se converteu no primeiro esforço sistemático de compreender a América Latina como objeto de análise independente dos estudos econômicos internacionais. Esse salto teórico foi possibilitado pela conjuntura de alguns países da América Latina que haviam se industrializado graças à acumulação proporcionada pela exportação de produtos primários e matérias-primas. Nesses países, notadamente, Brasil, Chile, Argentina e México, a estrutura social diferenciava-se para dar espaço a uma burguesia industrial nascente que, embora débil, projetava a industrialização como ponta de lança para um projeto de desenvolvimento e que, de diferentes maneiras, com especificidades em cada caso, considerava as oligarquias primário-exportadoras e o capital internacional como obstáculos ao desenvolvimento.

A Cepal se habilitava, nesse contexto, para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira entre 1914 e 1945, para analisar os problemas e desequilíbrios desse processo em países periféricos e para demonstrar que a industrialização era o único caminho contra a miséria e contra a dependência em relação aos centros mundiais do capitalismo. Segundo João Manuel Cardoso de Mello, expoente do pensamento cepalino, *A industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, como modo da Nação se tornar realidade, deixando de ser o que era, uma quase-ficção e, mais, Todo o*

*espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação.* (Cardoso de Mello, 1986, 21 e 22).

Para os cepalinos - como Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto, Oswaldo Sunkel, entre outros - a dependência e a miséria eram resultados da situação periférica, frutos do *modelo de crescimento para fora*. Propunham uma nova etapa no desenvolvimento latino-americano, de *desenvolvimento para dentro*, onde o centro dinâmico da economia se deslocasse para *dentro da Nação*. Isso, segundo os estudiosos da CEPAL, só seria possível através da planificação da economia e *da interiorização dos centros de decisão*, ou seja, *substituindo a variável exógena demanda externa pela variável endógena investimento como motor da economia, equivale ao deslocamento para o interior da Nação, dos centros de decisão* (Cardoso de Mello, 1986, 21).

Na luta pela industrialização nacional, os cepalinos acreditavam que uma “*política bem orientada*” poderia remover os “*obstáculos estruturais*” como, por exemplo, a “*fragilidade da demanda*”, o “*desemprego estrutural*” e a “*escassa capacidade de poupança*”. Os cepalinos participavam ativamente das políticas econômicas governamentais e acreditavam na possibilidade de remoção desses obstáculos através de “*reformas estruturais*”.

No entanto, a partir da década de 1960, o fracasso quase generalizado das políticas de industrialização, a dificuldade dos governos denominados populistas ou nacionalistas em colocarem em prática as chamadas “*reformas estruturais*”, a eclosão da Revolução Cubana e a escalada de terror militar implementada a partir do golpe de 1964 no Brasil, foram os elementos concretos que fizeram ruir parte das análises teóricas em voga.

O que determinou a revisão das análises cepalinas foi a ineficácia do projeto de desenvolvimento, baseado na industrialização, em reduzir as desigualdades sociais ou como forma de produzir um desenvolvimento autônomo (Osório, 1994, 163).

No plano teórico, surgiu a *Teoria da Dependência* para explicar porque a industrialização não produzira os resultados esperados e para responder a questão-chave que os cepalinos não puderam explicar: diante de recursos humanos e materiais tão propícios, adequados e suficientes, porque os países da América Latina não se desenvolvem?

O trabalho fundador da chamada Teoria da Dependência, e que deu nome a essa escola de pensamento econômico e sociológico na América Latina, foi *Dependência e desenvolvimento na América Latina - ensaio de interpretação sociológica*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Oriundos dos quadros da CEPAL, mas circulando seu trabalho preferencialmente no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), criado em 1962 como órgão vinculado à Cepal, esses sociólogos criticavam o

*dualismo estrutural* - em voga nos anos 1930 e 1940 - e o pensamento cepalino; propunham uma *análise global do desenvolvimento*; e discutiam a importância dos componentes internos e externos em relação às possibilidades de desenvolvimento.

Enquanto os cepalinos acreditavam na possibilidade de desenvolvimento através da interiorização dos centros de decisão e da nacionalização da economia, preconizando um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, Cardoso e Faletto propunham a análise do fracasso do desenvolvimento, através da discussão do conceito de *dependência*. Estudaram a dicotomia entre países centrais e periféricos e acreditavam que a diferenciação havia ocorrido porque os primeiros haviam sido *colônias de povoamento*, enquanto os últimos haviam sido *colônias de exploração*.

Além disso, o grau de dependência dos países periféricos seria determinado segundo a *integração das classes médias ou não ao bloco de poder oligárquico* e conforme o tipo de controle sobre a atividade produtiva que tinham as *elites oligárquicas: controle nacional, economia de enclave ou não vinculação com o capitalismo mundial*.

Assim, por exemplo, segundo essa análise, tendo o Brasil sido uma *colônia de exploração*, cuja integração das classes se dava através da *incorporação dos setores médios tradicionais, combinado com uma crise da dominação oligárquico-burguesa* e onde existia o *controle nacional do sistema produtivo*, seu desenvolvimento e grau de dependência seria diferente do México onde ocorrera *incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico* ou da Argentina onde houve *incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora* (Cardoso & Faletto, capítulo IV). Logo, segundo os autores, a dependência será diferente e os projetos de desenvolvimento também deverão ser diversos. É evidente que as particularidades dos países em questão têm a maior importância na luta contra a dependência. No entanto, reduzir a Revolução Mexicana, por exemplo, à *incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico* é um exagero de retórica que implica explicitamente num desejo de não enunciar determinados conceitos, relativos à luta de classes.

Independente das críticas econômicas e sociológicas que surgiram a esse livro – como pouca análise econômica, tipologia insuficiente, escassa análise pós-45, não modificação da periodização cepalina, semelhança em relação à interpretação cepalina sobre os períodos de transição de uma fase a outra da economia – para os objetivos desse texto é suficiente ressaltar a característica marcadamente nacionalista da análise de Cardoso e Faletto. A perspectiva desenvolvimentista, assim como a atração pelos modelos externos, não haviam sido de fato superadas; os “pais fundadores” da *dependência* como dimensão essencial da

análise sobre o desenvolvimento periférico, propunham, na realidade, o entendimento do conceito como forma de diferenciar as particularidades entre os países. A “*dependência*” se erguia como dimensão única da análise e o conflito entre países dependentes e Estados imperialistas ocupava parte central da discussão.

Isso, segundo Agustín Cueva, resultava em equívocos fundamentais:

*... não se pode dejar de constatar, sin embargo, las claras insuficiencias explicativas del concepto “dependencia”, sobre todo cuando se dejan de lado conceptos básicos como: fuerzas productivas, relaciones sociales de producción, clases y lucha de clases; o bien, se los remplaza por categorías tan ambiguas como: “expansión hacia afuera”, “colonias de explotación” o “de población”, “grupos tradicionales” y “modernos”, “integración social” etc. (Cueva, 1979, 23).*

Ao mesmo tempo, como resposta crítica às teorias do desenvolvimento e às visões da industrialização como propulsora do desenvolvimento, surge uma reflexão oriunda do marxismo que se fortalece nos anos 1960. Os intelectuais do novo marxismo que se ocupavam do tema da dependência estavam preocupados em criticar tanto as correntes burguesas que se apoiavam no conceito para interpretar o processo histórico, escamoteando a luta de classes, quanto o marxismo tradicional que interpretava a sociedade latino-americana a partir de uma leitura etapista e linear dos modos de produção e que postulava aliança entre os partidos comunistas e as organizações burguesas.

Os intérpretes do novo marxismo foram impactados simultaneamente pelos graves problemas sociais gerados pelo projeto de desenvolvimento baseado na industrialização substitutiva e pela Revolução Cubana.

A industrialização latino-americana, ao contrário do que se esperava, fez surgir uma poderosa fração monopólica da burguesia, como resultado da aliança entre os grupos locais e estrangeiros. A industrialização na América Latina também produziu o êxodo rural, não proporcionou a modernização do campo e fez aparecer cinturões de miséria em torno das cidades, desemprego e incremento dos níveis de desigualdade social.

A vitória da Revolução Cubana proporcionou aos críticos do marxismo tradicional a oportunidade de provar, em primeiro lugar, a falácia da tese etapista e linear dos modos de produção, demonstrando a possibilidade de rompimento com os padrões e as fases que o capitalismo latino-americano deveria supostamente seguir.

A nova esquerda, onde se incluíam os teóricos marxistas da dependência, caracterizava a revolução como, simultaneamente, antiimperialista e socialista, rechaçando a idéia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana a capacidade para dirigir a luta antiimperialista.

Concretamente, o fracasso do desenvolvimentismo e a vitória da Revolução Cubana provocaram uma nova ruptura teórica: para compreender os movimentos que levavam ao subdesenvolvimento e as razões estruturais que fizeram possível uma ruptura revolucionária em Cuba, o novo marxismo se apoiava nas teorias do imperialismo desenvolvidas pelos clássicos (Osório, 1994, 166). Theotônio dos Santos, um dos economistas representativos dessa nova perspectiva, assinalou que a teoria da dependência constitui um complemento da teoria do imperialismo no que se refere ao funcionamento do sistema capitalista nos países subdesenvolvidos (Santos, 2000). Frank e Marini foram responsáveis pelas tentativas de entender a inserção da América Latina na economia internacional, sublinhar as especificidades da condição de subdesenvolvimento e destacar a condição dependente como uma característica interna das sociedades latino-americanas <sup>1</sup>.

Concretamente os teóricos do novo marxismo criticam as teorias etapistas em voga na América Latina. A Cepal era etapista ao considerar a possibilidade de desenvolvimento autônomo do capitalismo, Cardoso e Faletto eram etapistas ao considerar a possibilidade de expansão e diversificação das economias, conquanto as classes médias e o Estado assumissem suas funções, os teóricos da modernização, como Gino Germani (1966), por exemplo, eram etapistas ao considerar a possível transição das sociedades tradicionais às modernas. E, finalmente, os marxistas vinculados aos partidos comunistas eram etapistas ao considerar a necessidade da etapa democrático-burguesa. Segundo Jaime Osório: “*Este tema, el desarrollo como un continuo que arranca en el subdesarrollo, será uno de los puntos centrales de la crítica del marxismo frente a las teorías etapistas*” (Osório, 1994, 171).

A vertente marxista da teoria da dependência, representada por André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Tomás Vasconi, Vânia Bambirra, entre outros, realizou um esforço para desprender-se da posição desenvolvimentista, em função do fracasso dessas teses em explicar e propor alternativas políticas para a crise latino-americana (Domingos Ouriques, 1994, 179).

A excepcionalidade da produção teórica desses autores e as polêmicas nos quais eles se envolveram revela uma acirrada disputa política no campo estratégico. Apesar de divergirem em muitos pontos, tinham em comum a busca de uma maior precisão conceitual para análise da dependência e o compromisso com a transformação das estruturas de dominação vigentes.

---

<sup>1</sup> Entre os estudos de Ruy Mauro Marini destaca-se *Dialéctica de la dependencia* e de André Gunder Frank *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*.

Em relação ao conceito de *dependência*, consideravam-no como uma condição, significa dizer: “*la dependencia es una situación en la cual cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y la expansión de otra economía a la cual la propia está sometida*” (Santos, 1986, 305). A condição não se caracterizava apenas pela *dependência*, mas pelo *subdesenvolvimento*, premissa fundamental da tese marxista: “*La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial*” (Marini, 1965, p. 3). Vincular a temática da dependência à teoria imperialista de Lênin foi um ponto comum aos autores marxistas dessa vertente, conquanto a superação da dependência encontrava-se na ruptura com o sistema capitalista em sua totalidade.

O resgate desses autores, de suas teorias e polêmicas permite visualizar a criação de teorias adaptadas às condições histórico-estruturais dos países latino-americanos, bem como o engajamento político desses intelectuais. Considerar o problema do atraso, do subdesenvolvimento, da dependência, das condições desiguais entre os países latino-americanos, do subimperialismo, da internalização das condições de dependência e da luta de classes representou mais do que uma ruptura teórica com as teses precedentes que preconizavam a possibilidade de desenvolvimento autônomo ou, ao menos, semelhantes aos padrões do Primeiro Mundo.

A articulação teórica dos neomarxistas dos anos 1970 significou que uma parte dessa geração renunciou às benesses oferecidas pelo sistema capitalista e engajou-se na luta pelo socialismo, denunciando as teses desenvolvimentistas e modernizantes como verdadeiros obstáculos ao entendimento da *dependência* como condição da própria expansão mundial do sistema capitalista. Os cepalinos, os pesquisadores do Ilpes e os teóricos da modernização estiveram, por sua parte, em maior ou menor medida, vinculados aos interesses da burguesia industrial latino-americana que encarnava um projeto de expansão capitalista, impulsionada pela industrialização e pelo nacionalismo.

A maior parte desses autores marxistas permaneceu esquecida e foi criticada por agir e pensar de acordo com suas convicções políticas. Constituiu-se, desde logo, como uma vertente minoritária nos círculos acadêmicos da América Latina. A partir do golpe chileno, esse grupo perdeu uma vez mais condições institucionais para pensar e produzir, encontradas, por exemplo, no Centro de Estudios Sociales (CESO), da Universidade do Chile.

O México e a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) foram os abrigos de alguns desses intelectuais, mas nem todos puderam continuar produzindo como antes. As

ditaduras impuseram ao ostracismo o grupo mais criativo e polemista da intelectualidade latino-americana.

Ao retornarem do exílio em meados dos anos 1980, esses intelectuais, que já não tinham um reconhecimento nos anos 1960 e 1970, encontraram instituições mais refratárias ao debate político, mais “higienizadas”, nas quais a exposição das convicções políticas caíra em desuso para a maior parte dos cientistas sociais. De acordo com Ridenti, “*Às vezes a (auto) crítica do engajamento dos anos 1960 não foi senão a máscara para o triunfo da concepção (neo) liberal do indivíduo, da sociedade e da política. No lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subdesenvolvimento, passava a predominar o intelectual profissional competente e competitivo no mercado das idéias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual*” (Ridenti, 2003, p. 206).

Numa época em que, mais do que nunca, as possibilidades de transformação social e o socialismo estão absolutamente distantes do horizonte intelectual, vale a pena recordar e entender as idéias de um grupo de cientistas sociais para o qual a superação do capitalismo e a revolução pareciam ser temas urgentes.

## **Bibliografia**

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 5a ed. Primeira edição, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 6a edição. Primeira edição, 1970.
- CUEVA, Agustín. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: Edicol, 1979.
- DOMINGOS OURIQUES, Nildo. *Hacia una teoría marxista de la dependencia* In MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária. *La teoría social latino-americana. Subdesarrollo y dependencia*. México: El Caballito, 1994, Tomo III, p. 179-198.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1990, 10a. Edição (1a. Edição, 1973).
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1980, 10 edição.
- OSÓRIO, Jaime. *Fuentes y tendencias de la teoría de la dependencia* In MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária. *La teoría social latino-americana. Subdesarrollo y dependencia*. México: El Caballito, 1994, Tomo III p. 157-198.
- SANTOS, Theotônio. *A Teoria da Dependência. Balanço e Perspectiva*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y Dependência*. México: Era, 1986, 4 edição.